

# Castro

CASA COLONIAL À PRAÇA GETÚLIO VARGAS Nº6

Com a fachada principal voltada para a Praça Getúlio Vargas, o imóvel ocupa toda a extensão do terreno situado entre as ruas Dr. Francisco Xavier da Silva e José Carneiro. Construído em alvenaria de pedra e taipa, seus elementos confirmam o partido adotado pela arquitetura de transição entre o colonial e o neoclássico. A casa sofreu várias intervenções, as quais, entretanto, não a descaracterizaram: ampliação para instalação de banheiros e um quarto, fechamentos de alguns vãos e substituição do telhado original por outro, de telhas francesas. As esquadrias, internas e externas, a maior parte do forro e o piso são, ainda, originais. ✿





LOCALIZAÇÃO: PRAÇA GETÚLIO VARGAS, 6.

DATA DE CONSTRUÇÃO: FINS DO SÉCULO XIX.

PROPRIETÁRIO: PARTICULAR

TOMBAMENTO ESTADUAL: PROCESSO Nº 80/81, INSCRIÇÃO Nº 78. LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 04/01/1982.

BIBLIOGRAFIA: ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.



## CASA COLONIAL À PRAÇA GETÚLIO VARGAS Nº10

Construída no final dos oitocentos pelo coronel Manoel Ignácio do Canto e Silva, fazendeiro, homem de vastos recursos e político de largo prestígio na então província do Paraná e, também, herói da Guerra do Paraguai, o imóvel constitui-se em exemplo da arquitetura de transição entre o colonial e o neoclássico, fruto das transformações pelas quais passou a sociedade brasileira a partir de meados do século XIX. Essas transformações, entre outras, trouxeram, como consequência, modificações substanciais nos hábitos de construção e habitação e deram origem à casa urbana, geralmente térrea, com ou sem porão alto, e cujas soluções de implantação ligavam-se à liberação de, pelo menos, parte da construção dos limites dos lotes. Ainda subsistia uma divisão entre dois ambientes principais: um, social ou comercial; e o outro, familiar, de habitação; divisão essa menos rígida, entretanto, que nos séculos anteriores. Nas novas soluções, as salas multiplicaram-se e passaram a ter várias passagens de ligação com o restante da habitação. Surgiram compartimentos para escritório ou comércio e a peça mais importante do setor familiar passou a ser a sala de jantar, que perdeu o enclausuramento anterior. As fachadas são compostas de seqüência de portas e janelas, cujas linhas renunciam à ondulação barroca, mas sem incorporar, ainda, os elementos ecléticos do neoclassicismo. Os vãos de portas e janelas são guarnecidos de madeira lavrada, retos, encimados por cimalha também de madeira. As folhas das esquadrias, as portas e os postigos internos das janelas são em calha e as folhas externas das janelas, em sistema de guilhotina, divididas em quadrículos. Os acabamentos internos são simples, os forros do tipo saia-camisa, encabeirados. Apesar de todas as modificações pelas quais passou, fruto de inúmeras intervenções — alterações nas fachadas, substituição das telhas originais por francesas, entre outras —, o imóvel, em bom estado de conservação, enquadra-se na descrição anterior, salientando-se, ainda, a existência de cunhais de massa emoldurando a fachada frontal. ✿



**LOCALIZAÇÃO:** PRAÇA GETÚLIO VARGAS, 10, ESQUINA COM A RUA GENERAL OSÓRIO.

**DATA DA CONSTRUÇÃO:** FINS DO SÉCULO XIX.

**PROPRIETÁRIO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO

**TOMBAMENTO ESTADUAL:** PROCESSO Nº 79/81, INSCRIÇÃO Nº 77. LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO, DATA: 04/01/1982.

**BIBLIOGRAFIA:** ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.

BORBA, O, BARBOSA. PEQUENA HISTÓRIA DE CASTRO, VICENTINA. CURITIBA, 1972.

DUNIN, LUBOMIR FICINSKI. "PARECER", IN PROCESSO DE TOMBAMENTO, CPHA, CURITIBA, 1981.

LEÃO. ERMELINO DE. DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ, CURITIBA, 1926/1929.

RITTER, MARINA LOURDES. AS SESMARIAS DO PARANÁ NO SÉCULO XVIII, INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE, CURITIBA, 1980.



## CASA COLONIAL À PRAÇA MANOEL RIBAS Nº120

Primitivamente casa de comércio e residência, adota, igualmente, o partido da arquitetura de transição entre o colonial e neoclássico, e ao ser concluída possuía cinco portas na fachada frontal, três das quais foram transformadas em janelas, quando da adaptação do imóvel, o que motivou, também, uma ampliação da parte posterior, para construção de cozinha, com fins residenciais. A casa possui, ainda, o telhado original, bem como grande parte das primitivas esquadrias. Construída em alvenaria de pedra por João José da Fonseca, afigura-se como monumento histórico do ciclo tropeiro e imperial da província do Paraná e talvez já fizesse parte da paisagem da cidade quando da visita do imperador Pedro II, em maio de 1880. Enquadradas por cunhal de massa, as fachadas mostram aberturas com requadros em madeira, encimadas por vergas retas, janelas, em sistema de guilhotina, divididas em quadriculos, postigos interiores e portas em calha. Cobertura em quatro águas, arrematada por beiral em cimalha de massa, telhado de telhas canal. ❀



**LOCALIZAÇÃO:** PRAÇA MANOEL RIBAS, 120.

**DATA DA CONSTRUÇÃO:** 1880.

**PROPRIETÁRIO:** PARTICULAR

**TOMBAMENTO ESTADUAL:** PROCESSO Nº 77/81, INSCRIÇÃO Nº 75. LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 26/06/1981.

**BIBLIOGRAFIA:** ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.



## CASA COLONIAL À PRAÇA MANOEL RIBAS Nº152



**LOCALIZAÇÃO:** PRAÇA MANOEL RIBAS, 152, ESQUINA DA RUA BENJAMIN CONSTANT.

**DATA DA CONSTRUÇÃO:** 1863.

**PROPRIETÁRIO:** PARTICULAR

**TOMBAMENTO ESTADUAL:** PROCESSO Nº 78/81, INSCRIÇÃO Nº 74. LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 07/05/ 1981.

**BIBLIOGRAFIA:** ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.

BORBA, O. BARBOSA. PEQUENA HISTÓRIA DE CASTRO, VICENTINA, CURITIBA, 1972.

Construído em alvenaria de pedra argamassada e com paredes internas de pau-a-pique, o imóvel situa-se dentro do partido adotado pela arquitetura de transição entre o colonial e o neoclássico, mesclando elementos de ambos os estilos. Apesar de ter sofrido intervenções (substituição de trecho do telhado original na parte posterior da edificação e modificação na divisão interna), mantém ainda grande parte dos elementos originais. Conta-se ter sido a casa construída por um escravo ao qual fora prometida a alforria em troca do trabalho. Todavia, quando da conclusão da obra, foi ele vendido, a fim de continuar a ser escravo-construtor. Com as fachadas enquadradas por cunhais em massa, cobertura em quatro águas, telha canal, arrematada por beiral em cimalha, também em massa, a edificação apresenta perfeito e harmonioso equilíbrio entre os cheios e os vazios. Na fachada frontal, distribuem-se seis janelas (três de cada lado de uma porta central), todas com requadros em massa, vergas e sobrevergas arqueadas. Encimando a porta, verga em arco de círculo pleno, emoldurando bandeira de ferro trabalhado, em cujo centro, ovalado, acha-se a data da construção, bem como, possivelmente, as iniciais do primeiro proprietário. ✿



## CASA EMÍLIA ERICKSEN

Edificação em taipa de pilão, provavelmente da década inicial do século XIX, constitui bom exemplo da arquitetura adotada no Paraná durante a fase do tropeirismo. Sediou o primeiro jardim de infância particular do Brasil, dirigido pela educadora Emília Erichsen. Construída sobre planta retangular, a edificação tem sua fachada principal emoldurada por cunhais de massa, aberturas (uma porta e quatro janelas) enquadradas por requadros em madeira e encimadas por vergas retas; janelas em sistema de guilhotina, divididas em quadriculos, e postigos internos. Cobertura em telhado de quatro águas, telha canal, arrematada por beiral em cimalha. ✿



**LOCALIZAÇÃO:** RUA DR. JORGE XAVIER DA SILVA, ESQUINA DA RUA BENJAMIN CONSTANT.

**DATA DA CONSTRUÇÃO:** INÍCIO DO SÉCULO XIX.

**PROPRIETÁRIO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO

**TOMBAMENTO ESTADUAL:** PROCESSO Nº 76/81, INSCRIÇÃO Nº 73. LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 07/05/1981.

**BIBLIOGRAFIA:** ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.



## ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CASTRO



**LOCALIZAÇÃO:** AVENIDA MIGUEL COUTO S/Nº.

**DATA DA CONSTRUÇÃO:** FINAL DO SÉCULO XIX.

**PROPRIETÁRIO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO

**TOMBAMENTO ESTADUAL:** PROCESSO Nº 003/97. INSCRIÇÃO Nº 133. LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 10/10/2000.

**BIBLIOGRAFIA:** ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.

A Estação Ferroviária de Castro, localizada na Av. Miguel Couto, foi inaugurada em 16 de dezembro de 1899, com grande festa para receber o primeiro trem vindo de Ponta Grossa. A edificação, de arquitetura singela, apresenta planta retangular, e um grande telhado em duas águas com telhas francesas, que se projetam sobre a plataforma amparadas por mãos-francesas em madeira, possuindo também, em todo o seu perímetro, frisos no alto. A estrutura é autônoma, com pilares, que se sobressaem e alvenarias de tijolos, sendo a base da plataforma em pedra. Em seu interior, parte do piso original em ladrilho hidráulico permanece, enquanto que na outra, o piso foi substituído por placas de ardósia. O forro, em madeira, é do tipo mata junta. Em 1992, a Prefeitura Municipal realizou obras de restauração, que mantiveram seu aspecto original. Atualmente, no edifício, funciona uma repartição pública. ✿





## FAZENDA CAPÃO ALTO

Localizada em terras de sesmaria concedida na região no início do século XVIII (1704), a Fazenda Capão Alto situa-se no quadro da ocupação dos Campos Gerais do Paraná, como decorrência da descoberta de ouro nas regiões de Minas Gerais, gerando a necessidade de alimentação e transporte para os mineradores que para lá convergiram. Data daquela época o início de uma atividade pastoril cujo objetivo era o fornecimento de gado para as catas auríferas, através da feira de Sorocaba. A autorização régia de 1702, para a concessão de sesmarias, constituiu incentivo ao empreendimento. Entretanto, ao contrário do que aconteceu em outros lugares — Lages, por exemplo —, a ocupação dos Campos Gerais não teve sentido de colonização: era simples negócio a ser explorado enquanto as condições o favorecessem. A abertura da Estrada Viamão-Sorocaba motivou o surgimento, ao longo do caminho, de pousos, currais e internadas, e um deles foi o estabelecido à margem esquerda do Rio Iapó, por volta da década 1730-1740.

Anos mais tarde, segundo documentação, já existia uma pequena capela no local chamado Capão Alto, que fazia parte de uma sesmaria inicialmente requerida por Pedro Taques de Almeida. Mais tarde as terras passaram a Timóteo Correa de Góes. Posteriormente Capão Alto foi vendida a João Gonçalves Figueira, cuja viúva viu-se obrigada a leiloar a propriedade, em 1749. O arrematador foi o capitão-mor José de Goes e Morais, figura importante da história paranaense, que, embora paulista e não vivendo em suas terras no Paraná, concorreu para o povoamento dos Campos Gerais, ao estabelecer fazendas produtivas e doar terras para congregações religiosas as quais, efetivamente, promoveram a ocupação das propriedades.

Em 1751 a fazenda Capão Alto foi adquirida pelos carmelitas pela quantia de dois contos de réis; e com as terras da fazenda, que abrangiam área de 200 léguas quadradas, vieram, também, cerca de duas mil cabeças de gado e mais de 140 cavalos. Diz o livro de Registro de Terras da Paróquia de Sant'Ana de Castro que a Fazenda Capão Alto foi comprada "a 21 de outubro de 1751 por Frei João de Santa Izabel" e que suas divisas eram formadas "pelo rio Iapó, Ribeirão Tabor e rio Maracanã, sendo, na mesma data, dada posse ao procurador da Ordem Carmelita Pedro Alvarez da Paz, assistido pelos reverendos Superior Frei Angelo Preto do Espírito Santo e Frei José de Sant'Ana".

Ignora-se a data em que a escritura tenha sido lavrada, mas seria antes de 1754, pois naquele ano já existia a capela de Santo Antônio do Capão Alto, filial do convento de Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá, que a ordem possuía nos Campos Gerais. Até 1771 existem assentamentos a respeito dos carmelitas em Capão Alto, quando, não satisfeitos com a situação em que estava a igreja, ficou resolvida a construção de outra, em posição mais favorável, às margens do Iapó, sob a invocação de Sant'Ana. Como esta igreja foi elevada à categoria de freguesia em 1769, os assentamentos passaram a ser feitos no templo da nova povoação que foi elevada à





condição de vila e, mais tarde, cidade, com o nome de Castro. A vila deveria localizar-se no Capão Alto; entretanto, ciosos, provavelmente, de seus negócios particulares, os carmelitas forçaram a criação do povoado às margens do Iapó, ali construindo nova capela, consagrada, como já foi dito, a Sant'Ana.

Posteriormente a capela de Santo Antônio foi substituída por outra, sob a devoção de Nossa Senhora do Carmo. Por muitos anos a Fazenda Capão Alto - após a retirada dos carmelitas para São Paulo e Rio de Janeiro - ficou sob a supervisão de um administrador até ser entregue, após breve arrendamento a terceiros, aos escravos que nela residiam e trabalhavam e que, entregues à própria sorte, organizaram uma república sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo, "a quem ouvião e de quem recebião as ordens do dia". Neste quilombo, que se manteve ordeiro e pacífico por muitos anos, os negros trabalhavam a terra e criavam gado, vendendo em Castro apenas o que lhes era necessário para viver e preservando o resto da produção para a Virgem e, ademais, mantendo elevada reputação de honestidade em toda a região.

Em 1864, os escravos do Capão Alto - na época, cerca de 300 - foram vendidos à firma Gavião, Ribeiro & Gavião, de São Paulo, o que motivou uma rebelião pelo fato de se considerarem livres e, "se escravos, somente de Nossa Senhora do Carmo".

Apesar de toda a reação, os escravos acabaram sendo levados para São Paulo. Em 27 de junho de 1870, segundo escritura, a Fazenda Capão Alto foi vendida por frei Damasio de São Vicente Ferreira a Bonifácio José Baptista, abastado fazendeiro e político, produto típico da sociedade campeira que ocupou os latifúndios dos Campos Gerais e que encontrou no tropeirismo a forma de participação na sociedade local.

Adquirido por 30 contos de réis, o imóvel compreendia "campos, campinas, matos e logradouros por sesmaria e casas, mangueiras e todas as dependências". Ao que consta, o novo proprietário teria mandado construir "casa do tipo colonial usado nas fazendas do Norte nos séculos XVI e XVII(...)" adquiriu mobiliário, cercou-se de todo o conforto e importou reprodutores para os seus rebanhos. Em artigo publicado em 1886 na Gazeta Paranaense, o cronista Nivaldo Braga faz referência à casa erguida por Bonifácio José Baptista: "Da cidade de Castro avista-se perfeitamente a nova morada mandada construir pelo actual proprietário, com certo gosto e capricho segundo dizem. Apresenta uma bella e imponente perspectiva, contemplada de longe no meio do campo e sobressahindo das ondulações de uma série de lombas que se sucedem. Há estradas para carros, entre a cidade e a fazenda. Aos fundos desta chega-se também pelo iapó, em canoas."

Fixando residência em Capão Alto, Bonifácio José Baptista dedicou-se à leitura e organizou a Biblioteca de Castro, que chegou a ter seis mil volumes.

Em 20 de novembro de 1886 D. Pedro II conferiu a ele e a sua mulher o título de Barões de Monte Carmelo.

Herdada em 1905 por Evangelina Prates da Silva Baptista, neta dos barões e que se casou com Javert Madureira, médico, a Fazenda Capão Alto, na década de 40, do século XX, após rumoroso processo, foi ter às mãos de Vicente Fiorillo, que recebeu,





LOCALIZAÇÃO: CAPÃO ALTO.

DATA DA CONSTRUÇÃO: SÉCULO XIX.

PROPRIETÁRIO: PARTICULAR.

TOMBAMENTO ESTADUAL: PROCESSO Nº 82/81, INSCRIÇÃO Nº 80. LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 1981.

BIBLIOGRAFIA: ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.

BORBA, O. BARBOSA, PEQUENA HISTÓRIA DE CASTRO, VICENTINA, CURITIBA, 1972.

FAZENDA DO CAPÃO ALTO, CADERNOS DO PATRIMÔNIO, SÉRIE ESTUDOS I, PUBLICAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ, CURITIBA, 1985.

LACERDA, MARIA THEREZA B. DE, "FAZENDA DO CAPÃO ALTO", NOTAS DATILOGRAFADAS, CPHA, CURITIBA, 1982.

LEÃO, ERMELINO DE. CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS PARA O DICIONÁRIO DO PARANÁ, GRÁFICA PARANAENSE, CURITIBA, 1926.

PARCHEN, ROSINA COELI ALICE. PROJETO DE RESTAURAÇÃO DA FAZENDA DO CAPÃO ALTO.

RITER, MARIANA LOURDES. AS SESMARIAS DO PARANÁ NO SÉCULO XVIII, INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE, CURITIBA, 1980.

ROSAS, JOSÉ PEDRO NOVAES. A FUNDAÇÃO DA CIDADE DE CASTRO, INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE, CURITIBA, 1968.

WESTPHALLEN, CECILIA MARIA. "INFORMAÇÕES SOBRE CAPÃO ALTO", NOTAS DATILOGRAFADAS, CPHA, CURITIBA, S.D.

também, a Fazenda Monte Alegre, que com ela confinava e que, em 1873, havia sido adquirida por Bonifácio José Baptista.

Em 1979 a propriedade foi vendida à Cooperativa Castrolanda, cuja intenção, preliminarmente, foi a de restaurá-la, transformando-a em hotel-fazenda.

Capão Alto é, sem dúvida, um dos marcos históricos mais importantes do processo de ocupação dos Campos Gerais do Paraná. Inexistem documentos capazes de esclarecer quais construções havia ao tempo em que foi adquirida pelo barão de Monte Carmelo dos carmelitas. As 12 edificações casa-sede, casa do capataz, casa dos arreios, cocheira, fábrica de queijos, estábulos, celeiros, aviários e depósitos — que compõem a propriedade — indicam, claramente, épocas distintas; algumas são de taipa-pilão com divisões internas de pau-a-pique ou estuque e delimitam os pátios fronteiro e posterior. As demais, de alvenaria de tijolos ou, então, de madeira, são, provavelmente, do tempo em que a fazenda, de gado para corte, passou a ser de gado leiteiro. A casa-sede tem à sua frente pátio murado, sendo que um dos lados é fechado pela parede das antigas edificações compostas pela casa do capataz, celeiro e casa de arreios. Um segundo pátio, aos fundos, ladeado pelo apêndice de serviços e pela antiga fábrica de queijos, tem no centro o poço e o tanque sob cobertura de duas águas.

A casa-sede exemplifica na sua volumetria a arquitetura da segunda metade do século XIX: um pavimento sobre porão alto e um mirante central arrematando a composição. Na frente, em toda a extensão da edificação, varanda com colunas e guarda-corpo em ferro. Diante do corpo central, enquadrado por duas portas com requadros em madeira e encimadas por vergas e sobrevergas em arco de círculo pleno, com bandeira. Escadaria de acesso em cantaria. As demais aberturas são janelas emolduradas por requadros de madeira, sistema em guilhotina, divididas em quadrículos, vergas e sobrevergas retas. Mirante com janelas frontais (duas) e laterais; mesmo sistema do pavimento térreo; telhado, em quatro águas, em telha canal, arrematado por beiral em cimalha, de madeira. Os corpos laterais são cobertos por telhados em três águas, telha canal. Internamente, segue o programa tradicional das casas de fazenda: salões e capela ao longo da varanda, dormitórios e alcova, na faixa central e sala de refeições aos fundos: Cozinha e banheiro estão dispostos no apêndice que dá continuidade à lateral direita da casa. Em 1983 a Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e Esporte do Paraná, preocupada com a situação de abandono em que se encontrava a fazenda, estabeleceu contato com a Cooperativa Castrolanda a fim de encontrar um caminho para a restauração e reciclagem de uso da fazenda. Em 1984 a arquiteta Rosina Coeli Alice Parchen elaborou um projeto de restauração e reciclagem do conjunto para instalação de um hotel-fazenda com capacidade para 40 hóspedes.

A casa sede e seu entorno imediato, que incorpora ruínas da antiga igreja de taipa de pilão e cemitério foi vendida pela Cooperativa a um descendente de holandeses que pretende viabilizar o projeto de transformá-la em hotel-fazenda.

Encontra-se, atualmente, em processo de tombamento pelo IPHAN. ✿



## MUSEU DO TROPEIRO

O início da ocupação dos Campos Gerais do Paraná remonta às primeiras décadas do século XVIII, em decorrência das descobertas das catas auríferas em Minas Gerais e da necessidade de transporte e alimentação dos que se aventuravam naquelas regiões. Nos campos de Castro, então, teve início uma atividade pastoril, cujo objetivo era o fornecimento de gado às zonas de mineração, via feira de Sorocaba. Esse trânsito possibilitou o surgimento das primeiras fazendas à margem da estrada que ligava Curitiba ao interior de São Paulo. A atual Castro foi fundada por tropeiros, às margens do rio Iapó, antigo pouso obrigatório dos que vinham do então continente de São Pedro do Rio Grande com destino a São Paulo, conduzindo bestas de carga e gado bovino.

O Museu do Tropeiro nasceu por iniciativa do Governo Municipal, atendendo a antigas reivindicações feitas através da “Folha de Castro”, que insistiam na importância da defesa e da preservação do insubstituível acervo cultural, histórico e artístico que vinha sendo continuamente destruído na cidade. As peças históricas legadas por herança das famílias mais antigas necessitavam ser preservadas e colocadas em local apropriado, ao alcance das novas gerações. Uma equipe dirigida pela professora Judith Carneiro de Melo foi a responsável pela organização de uma instituição que escolheu para sede do Museu uma casa construída no século XVIII, de paredes de taipa de pilão, vigamento em madeira e cobertura em telha canal. No mais puro e sóbrio estilo colonial, a casa estava em ruínas quando foi adquirida pela Prefeitura Municipal em 1975, pela importância de oitenta mil cruzeiros.

O imóvel, segundo pesquisas levantadas, havia pertencido à família Carneiro Lobo, que residira em Castro durante muitos anos do século XVIII. Em 1865, foi vendido ao vigário da paróquia local, padre Damaso, homem de muitas posses e propriedades, e que o teria adquirido de Francisco de Deus Martins, legatário de Hermógenes Carneiro Lobo. Posteriormente, foi deixado por herança ou vendido a Maria Antunes, em 1912, adquirido por Balbina Marques Ribas, que o legou ao seus herdeiros, Balbina Ribas de Vasconcelos e Ernesto Marques de Vasconcelos, os quais, por sua vez, deixaram-no para seus herdeiros. As obras de restauração da casa, iniciativa da Prefeitura Municipal, foram executadas com a colaboração do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, segundo projeto do arquiteto Sérgio Todeschini Alves, constaram da reconstrução de quase todas as paredes em armação de taipa e rebocadas com barro, tendo-se, todavia a precaução de se fazer, em sua base, viga em concreto armado, para funcionar como baldrame. Toda a madeira utilizada — estrutura, soalho em tabuado — foi imunizada. As gateiras foram mantidas em pequenas aberturas. Substituiu-se, ademais, uma porta por janela, retomando-se, assim, à concepção original. Eliminaram-se banheiros e todos os acréscimos não válidos. Todas as divisórias internas foram respeitadas. Nos fundos, em alpendre ou abrigo que havia para carroças, expõem-se, agora, objetos de valor histórico usados pelos antigos tropeiros. A casa, de um pavimento, apresenta aberturas com requadros em madeira, vergas encurvadas, janelas de peitoril, folhas externas em sistema de guilhotina, divididas em quadrículos, postigos internos em calha e portas com bandeiras. ✿



**LOCALIZAÇÃO:** PRAÇA GETÚLIO VARGAS, 11.

**DATA DA CONSTRUÇÃO:** SÉCULO XVIII.

**PROPRIETÁRIO:** PREFEITURA MUNICIPAL.

**TOMBAMENTO ESTADUAL:** PROCESSO Nº 64/77, INSCRIÇÃO Nº 63.

**LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO.** DATA: 06/03/1978.

**BIBLIOGRAFIA:** ARQUIVOS DA CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ.

BORBA, O. BARBOSA, PEQUENA HISTÓRIA DE CASTRO, VICENTINA, CURITIBA, 1972.

ROSAS, JOSÉ PEDRO NOVAES. A FUNDAÇÃO DA CIDADE DE CASTRO, INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE, CURITIBA, 1968.

